



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



Proposição de Emenda à Constituição nº 02 | 13

1 - PROTOCOLE-SE

II – PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO DA ALEP PARA
CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS

III – À DL PARA PROVIDÊNCIAS

DATA

10 JUN 2013

PRESIDENTE

Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 94, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 1º O Parágrafo Único do Artigo 94, da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94

“Parágrafo Único – No Tribunal de Justiça haverá um Órgão Especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno, provendo-se a metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição, pelo Tribunal Pleno.”

Sala das Sessões, 10 de junho de 2013

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

ALEXANDRE CURRIE

③ PLAVTO MIRD

BIER

10/25/2019

Dr. Edson (19)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

Esta proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo compatibilizar a previsão estabelecida no parágrafo único do artigo 94 da Constituição Estadual com o preconizado no inciso XI, do artigo 93 da Constituição Federal no que respeita à composição dos Órgãos Especiais dos Tribunais de Justiça do país. A previsão da Carta Magna faculta a composição dos Órgãos Especiais dentro de um limite mínimo e máximo de membros, ao contrário da previsão estadual que está definida em *numerus clausus*.

A emenda proposta consagra a autonomia administrativa do Poder Judiciário, conferindo-lhe a flexibilidade necessária para fixar o número de desembargadores membros do seu Órgão Especial, de forma compatível com as necessidades verificadas e respectivas competências.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar 

Exibir Ato

 Página para impressãoAlterado Compilado Original ~~Constituição do Estado do Paraná~~Publicado no Diário Oficial nº. 3116 de 5 de Outubro de 1989

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo paranaense, reunidos em Assembléia Constituinte para instituir o ordenamento básico do Estado, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição do Estado do Paraná.

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

I - o respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Federal e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos;

II - a defesa dos direitos humanos;

III - a defesa da igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação;

~~**IV** - a garantia da aplicação da justiça;~~

IV - a garantia da aplicação da justiça, devendo prover diretamente o custeio da gratuidade processual aos reconhecidamente pobres, nos termos da lei;

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

V - a busca permanente do desenvolvimento e da justiça social;

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas;

VII - o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativas;

VIII - a colaboração e a cooperação com os demais entes que integram a Federação;

IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

Art. 2º. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

Art. 93. São órgãos do Poder Judiciário no Estado:

I - o Tribunal de Justiça;

~~**II** - os Tribunais de Alçada;~~

(Revogado pela Emenda Constitucional 16 de 26/10/2005)

III - os Tribunais do Júri;

IV - os Juízes de Direito;

V - os Juízes Substitutos;

VI - os Juizados Especiais;

VII - os Juízes de Paz.

~~**Art. 94.** Os tribunais e juízes são independentes e estão sujeitos somente à lei.~~

~~**Parágrafo único.** No Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado pela cúpula diretiva e vinte e dois membros de maior antigüidade, respeitada a representação do quinto constitucional, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do Tribunal Pleno, exceto as pertinentes às eleições de seus órgãos dirigentes e à organização de lista para provimento de cargos de Desembargador.~~

Parágrafo único. No Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado por vinte e cinco desembargadores, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se a metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

(Redação dada pela Emenda Constitucional 16 de 26/10/2005)



Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson, apresentou a redação final aos Projetos de Leis nº 013/12, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que institui o Selo Jovem e dá outras providências e o Projeto de Lei nº 141/12, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Colocadas em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Mara Lima, apresentou a redação final aos Projetos de Leis nº 141/12, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, que recebeu emenda, foi aprovada, passando a ter uma nova redação final; Projeto de Lei nº 518/12, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, que Obriga o prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores a fornecer ao consumidor, ao término da prestação de serviço, comprovante discriminado; Projeto de Lei nº 80/13, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santa Cruz do Monte Castelo e foro no Município de Loanda. Colocadas em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Jonas Guimarães apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 081/13, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Claudia-Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais. Colocada em votação a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
180711113

Documento emitido em 12/06/2013 12:54:45.

Diário Oficial da Assembleia
Nº 441 | 11/06/2013 | PÁG. 11

Para verificar a autenticidade desta página, basta inserir o
Código Localizador no site do DIOE:
www.imprensaoficial.pr.gov.br

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
UNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões da Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final aos Projetos de Leis nº 571/11, de autoria do Deputado Raimundo de Primeiro Crédito para a Juventude Rural e o Projeto de Lei nº 041/13, de autoria do Deputado Rascas Rodrigues, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Dinarte Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 092/13, de autoria do Dep. Douglas Fabricio, que declara de Utilidade Pública a Associação Luciane Mary Paris, com sede e foro no Município de Colombo. Colocadas em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
ATA DA
18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson Praczyk apresentou a redação final ao Projeto de Resolução nº 05/13, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação do art. 106 da Resolução nº 1/05; Projeto de Lei nº 026/13, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE. Colocadas em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO
SECRETÁRIO

52371/2013

Comissão Executiva

Proposição de Emenda à Constituição nº 02/2013

Altera a redação do Parágrafo Único
do Artigo 94, da Constituição do
Estado do Paraná.

Art. 1º O Parágrafo Único do Artigo 94, da Constituição do Estado do Paraná
passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94"

"Parágrafo Único - No Tribunal de Justiça haverá um Órgão Especial, com
o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições
administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno,
provendo-se a metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição,
pelo Tribunal Pleno."

Sala das Sessões, 10 de junho de 2013

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente



JUSTIFICATIVA

nº 4028, de 9 de abril de 2013,

RESOLVE:

Esta proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo compatibilizar a previsão estabelecida no parágrafo único do artigo 94 da Constituição Estadual com o preconizado no inciso XI, do artigo 93 da Constituição Federal no que respeita à composição dos Órgãos Especiais dos Tribunais de Justiça do país. A previsão da Carta Magna faculta a composição dos Órgãos Especiais dentro de um limite mínimo e máximo de membros, ao contrário da previsão estadual que está definida em *numerus clausus*.

A emenda proposta consagra a autonomia administrativa do Poder Judiciário, conferindo-lhe a flexibilidade necessária para fixar o número de desembargadores membros do seu Órgão Especial, de forma compatível com as necessidades verificadas e respectivas competências.

62382/2013

Conceder a ANTONIO LEAL DE OLIVEIRA, Matrícula nº 40.762, servidor estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NBB-02, lotado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, 3 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/2007 a 21/12/2012, conforme assegura o artigo 247 da Lei nº 6.174/70. O usufruto do direito concedido dar-se-á no período de 04/06/2013 a 01/09/2013, contendo a devida anuência de seu superior.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de junho de 2013

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 791/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 3032, de 18 de março de 2013,

RESOLVE:

Conceder a LUCIANE CONCEIÇÃO E SILVA, Matrícula nº 41.140, servidora estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de CONSULTOR JURÍDICO, nível NUF-06, lotada na PROCURADORIA GERAL, 3 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/1997 a 21/12/2002, conforme assegura o artigo 247 da Lei nº 6.174/70. O usufruto do direito concedido dar-se-á no período de 03/06/2013 a 31/08/2013, contendo a devida anuência de seu superior.

* A pedido, republicado para alterar data.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de junho de 2013

VALDIR ROSSONI
PresidentePLAUTO MIRÓ
1º SecretárioADEMIR BIER
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1059/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 6456, de 3 de junho de 2013,

RESOLVE:

Suspender, a pedido, o gozo da licença especial de STELLA MARIS WINNIKES DA SILVA, Matrícula nº 40.881, servidora estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, lotada na 2ª SECRETARIA, a partir de 3/6/2013.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de junho de 2013

VALDIR ROSSONI
PresidentePLAUTO MIRÓ
1º SecretárioADEMIR BIER
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1062/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 242, de 26 de fevereiro de 2010,

RESOLVE:

A CUSTODIO, Matrícula nº 40.242, servidora desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NTC-03, lotada na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, 3 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/2007 a 21/12/2012, conforme assegura o artigo 247 da Lei nº 6.174/70. O usufruto do direito concedido dar-se-á no período de 26/06/2013 a 23/09/2013, contendo a devida anuência de seu superior.

Palácio XIX de Dezembro, em 6 de junho de 2013

VALDIR ROSSONI
PresidentePLAUTO MIRÓ
1º SecretárioADEMIR BIER
2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1062/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe a Lei Estadual nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 242, de 26 de fevereiro de 2010,

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
180721213

Documento emitido em 12/06/2013 12:55:09.

Diário Oficial da Assembleia
Nº 441 | 11/06/2013 | PÁG. 12Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE
www.impressaooficial.pr.gov.br

COMEC, mas assim mesmo continua cobrando. Nessa cobrança ao sistema, as operadoras de transporte não a fez o transporte coletivo; que o valor desta taxa supera diesel. O Vereador Claudemir, presidente da Câmara disse que o transporte de Curitiba a Tijucas que é cerca de R\$ 12,00; que o município também quer. O Vereador José Augusto Liberato, representando a descentralização da industrialização do comércio sistema. Os convidados agradeceram ao Sr. Presidente pela iniciativa e solicitaram que a discussão sobre o Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou eu, Eder Walter Niedzwiedz, Secretário da Comissão de Lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

Plenarinho, em 15 de abril de 2013.

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente

Eder Walter Niedzwiedz
Secretário

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura
Ata da 3ª Reunião Extraordinária

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se em caráter extraordinário a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a Presidência do Deputado Francisco Bührer, observando a presença dos Membros Titulares da Comissão, Deputado Adelino Ribeiro, Deputado Elton Welter, Deputado Pastor Edson Praczyk, e Deputado Teruo Kato, deu-se início aos trabalhos da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente agradeceu primeiramente a presença dos membros citados, destacando a importância da participação e do comprometimento de todos. Ao abrir os trabalhos o Senhor Presidente passou diretamente para a proposição a ser apreciada pela Comissão, Projeto de Lei 232/2013 – Mensagem 054/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza doação dos imóveis que especifica ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Barracão. Logo após a leitura do projeto a ser apreciado, o Senhor Presidente passou a palavra ao Relator DEPUTADO TERUO KATO, que ressaltou a valiosidade do mérito da Proposição, destacando que referido projeto de lei 232/2013 já recebeu parecer favorável em sua constitucionalidade analisada pela CCJ e que seu mérito foi analisado de forma positiva pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Conforme citou o próprio relator, esta proposição só trará benefícios ao município de Barracão e ao Instituto Federal do Paraná, com a realização de grandes investimentos no local, para ganho direto de toda a população. Ao realizar sua análise o Relator emitiu PARECER FAVORÁVEL ao projeto de lei 232/2013 em sua forma apresentada, recebendo apoio de todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura da presente Ata que para constar, após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos membros da Comissão e por mim, Daniele A. Santos, Secretária da Comissão, para que produza efeitos legais.

FRANCISCO BUIRER
PRESIDENTE DA COMISSÃO

DANIELE A. SANTOS
SECRETÁRIA

54614/2013

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 13/2013

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de junho de 2013,

D E C L A R A

constituiu Comissão Especial com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 2/2013, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e com o apoio de vinte e um senhores Deputados, Protocolada sob o nº 5157/13-DAP, que "altera a redação do Parágrafo único do artigo 94, da Constituição do Estado do Paraná". Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Parlamentares: PMDB: Deputado Nereu Moura, titular e Deputado Alexandre Curi, suplente; PSDB: Deputado Francisco Bührer, titular e Deputada Cantora Mara Lima, suplente; DEM: Deputado Elio Rusch, titular e Deputado Nelson Luersen, suplente; PT: Deputado Enio Verrí, titular e Deputado Tadeu Veneri, suplente; PSB: Deputado Wilson Quinteiro, titular e Deputado Hermas Brandão Jr, suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pelo Deputado WILSON QUINTEIRO e a Relatoria atribuída ao Deputado ELIO RUSCH. Assim, para que se cumpram suas finalidades o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 17 de junho de 2013.

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
Presidente

54599/2013

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 18844813

Documento emitido em 18/06/2013 09:14:57.

Diário Oficial da Assembleia
Nº 445-I 17/06/2013 | PÁG. 8

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.impressaooficial.pr.gov.br

Contratos

ADJUDICAÇÃO – ADJUDICAÇÃO

10.520/02 e 15.608/07 e alterações posteriores, realizado sob a modalidade Pregão Presencial de pele de vidro no edifício Tancredo Neves, em Jar, HOMOLOGO o resultado do procedimento, ADJUDICANDO o objeto da licitação para a empresa Fepesul Ltda pelo valor de R\$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais), classificada anteriormente pela Pregoeira e Equipe de Apoio, conforme Ata de Resultado, por haver apresentado proposta mais vantajosa e que melhor atende às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 25 de Outubro de 2012.

Plauto Miró Guimarães Filho - Primeiro Secretário

54608/2013

HOMOLOGAÇÃO – ADJUDICAÇÃO

Com base nas Leis 8666/93, 10.520/02 e 15.608/07 e alterações posteriores, analisando o Processo Licitatório realizado sob a modalidade Pregão Presencial nº 018/2013, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção do sistema de sonorização da Assembleia Legislativa com fornecimento de peças e instalação de novos pontos de áudio, em 10/06/13, nada havendo de irregular, HOMOLOGO o resultado do procedimento, ADJUDICANDO o objeto da licitação para a empresa Phidellis Ind e Com de Produtos Eletrônicos Ltda com o valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) classificada anteriormente pela Pregoeira e Equipe de Apoio, conforme Ata de Resultado, por haver apresentado proposta mais vantajosa e que melhor atende às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 13 de junho de 2013.

Plauto Miró Guimarães Filho - Primeiro Secretário

54603/2013

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial nº 031/2013

Data da abertura: 02/07/2013

Horário: 14h00min

Objeto: Contratação de empresa especializada em reforma de poltronas, banquetas e cadeira para ALEP.

Valor máximo: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais).

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3911.

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 17 de Junho de 2013.

54620/2013

AVISO DE EDITAL

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, através de sua Diretoria de Apoio Técnico, torna público a realização do seguinte procedimento licitatório:

Pregão, na Forma Presencial nº 032/2013

Data da abertura: 02/07/2013

Horário: 10h30min

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de impressora Ricoh para ALEP.

Valor máximo: R\$ 3.660,00 (três mil e seiscentos e sessenta reais).

Mais informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto a Diretoria de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Praça Nossa Senhora da Salete, s/n – Centro Cívico, no horário das 09:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, ou pelo fone (041) 3350-4255 ou ainda pelo Site: www.alep.pr.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais

Dotação: 001.001.4000.3390.3913.

Diretoria de Apoio Técnico

Curitiba, 17 de Junho de 2013.

54621/2013



**PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2/2013, que
altera a redação do parágrafo único do artigo 94, da Constituição Estadual.**

I – Relatório

A proposta apresentada tem por objetivo adequar a redação do parágrafo único, do artigo 94 da Constituição do Estado do Paraná.

Inicialmente, é de lembrar que as Propostas de Emenda à Constituição incluem-se entre as matérias sujeitas a disposições especiais com trâmite diferenciado nesta Casa de Leis, em conformidade com o estabelecido nos artigos 190 e seguintes do Regimento Interno.

Em cumprimento às determinações regimentais a presente Proposta de Emenda à Constituição foi regularmente publicada em Diário Oficial, Edição nº 441, de 11 de junho de 2013, e sua apresentação foi participada ao Plenário, na forma do Comunicado lido no Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de junho de 2013. Indicados os membros desta Comissão Especial pelos respectivos líderes dos partidos nela representados, a Comissão foi constituída e instalada por meio do Ato do Presidente nº 13/2013, publicado no Diário Oficial do dia 17 de junho de 2013.

II - Fundamentação

Preliminarmente, verifica-se a não existência de óbice quanto à sua constitucionalidade, legalidade e legitimidade.

Frise-se, ainda, que não houve a apresentação de Emendas pelos senhores parlamentares no prazo estipulado pelo artigo 190 do Regimento Interno.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
17ª LEGISLATURA - 3ª Sessão Legislativa
Comissão Especial de Reforma da Constituição



Salutar se mostra observar-se, igualmente, que a Constituição Estadual, ao dispor sobre as hipóteses de iniciativa de propostas de emendas à Constituição, dispõe:

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II – do Governador do Estado;

III- de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (original sem destaques)

Tal condição foi observada quando da apresentação da presente proposta de emenda à Constituição, conforme se depreende à fl. 02 do presente processo legislativo.

Ademais, quanto à técnica legislativa, entendemos que a presente proposta guarda conformidade com as disposições da Lei Complementar 95/98.

No que tange ao mérito, a Proposta de Emenda à Constituição do Estado foi apresentada com o objetivo de compatibilizar a previsão estabelecida no parágrafo único do artigo 94 da Constituição Estadual com o preconizado no inciso XI do artigo 93 da Constituição Federal, quanto à composição dos Órgãos Especiais dos Tribunais de Justiça do país, tendo em vista que a Carta Magna faculta a composição dos Órgãos Especiais dentro de um limite mínimo e máximo de membros e a Constituição Estadual define tal composição em *numerus clausus*.

Portanto, a Proposta de Emenda à Constituição em comento tem por escopo compatibilizar o texto constitucional com relação à composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, possibilitando que se fixe limite mínimo e máximo de membros, visando, com isso, conferir maior eficácia ao princípio da simetria constitucional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
17ª LEGISLATURA - 3ª Sessão Legislativa
Comissão Especial de Reforma da Constituição



III - Conclusão

Diante de todo o exposto esta Comissão Especial de Revisão Constitucional apresenta **Parecer Favorável** à Proposta de Emenda Constitucional que lhe foi submetida.

Sala das Comissões em, 19 de junho de 2013.



Deputado **Wilson Quinteiro**

Presidente



Deputado **Elio Rusch**

Relator



Deputado **Nereu Moura**

Membro



Deputado **Francisco Bühner**

Membro



Deputado **Enio Verri**

Membro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

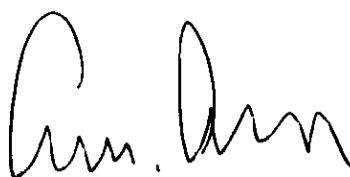
Redação Final ao Projeto Lei nº 176/2013

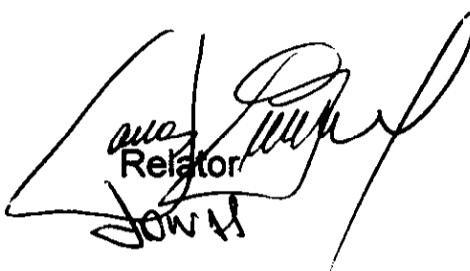
Declara de Utilidade Pública a
Associação Intermunicipal de Produtores
de Leite do Sudoeste do Paraná –
UNILEITE SUDOESTE, com sede e foro
no Município de Capanema.

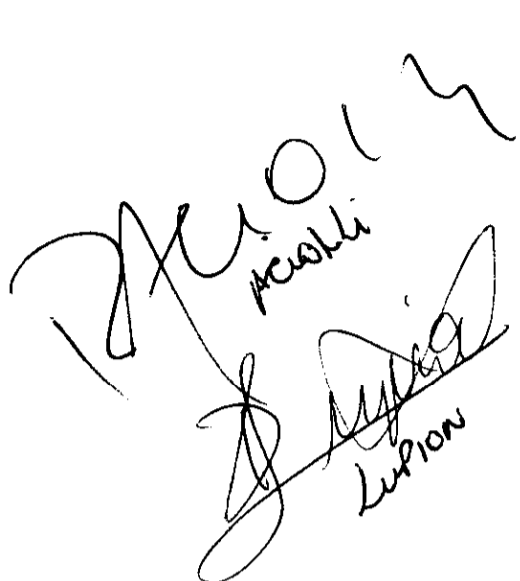
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Intermunicipal de Produtores de Leite do Sudoeste do Paraná – UNILEITE SUDOESTE, com sede e foro no Município de Capanema.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Lúcio



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 234/13

Súmula: Institui o Programa de Recuperação de Créditos a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, doravante denominada COHAPAR.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, objetivando a renegociação de dívidas de mutuários inadimplentes da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, compreendendo os financiamentos, ativos e inativos, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, Recursos Próprios e outros, administrados pela COHAPAR, conforme condições e critérios estabelecidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Excluem-se do referido Programa os casos em que a COHAPAR preste serviços de Administradora de Créditos de Terceiros, uma vez que se tratam de recursos de terceiros.

Art. 2º Constituem-se instrumentos do Programa de Recuperação de Créditos:

- I – - Acordo Financeiro;
- II – Repactuação por Avaliação;
- III – Repactuação por Novação.

Art. 3º Será concedida renegociação de dívidas, através do Programa de Recuperação de Créditos, proporcionando isenção de até 100% (cem por cento) de juros de mora e multa pecuniária sobre o valor das prestações em atraso.

§ 1º A aprovação e implantação do Índice de desconto a ser aplicado sobre o valor dos juros de mora e multa pecuniária incidentes sobre as prestações em atraso, assim como o número de meses a ser utilizado para o parcelamento da dívida e a periodicidade dos mesmos, serão deliberados pela Diretoria da COHAPAR, de acordo com parâmetros técnicos, financeiros e orçamentários, considerando-se os princípios de oportunidade e conveniência.

§ 2º A dívida do imóvel poderá ser assumida por terceiro (ocupante) - a quem compete as ações futuras visando sua regularização, desde que apresentado documento comprobatório de posse/transferência com data anterior à publicação desta Lei, com assinaturas reconhecidas em cartório e que preencha os requisitos



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

exigidos pelo Programa Habitacional referente ao imóvel em questão, à época da aquisição.

§ 3º Os benefícios citados no presente dispositivo só poderão ser concedidos através de acordo homologado judicialmente, com exceção dos pagamentos efetuados a vista.

§ 4º Pelos beneficiários que requererem pela renegociação de dívidas, importará a confissão irrevogável e irretratável do total da dívida e a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial.

§ 5º Entende-se por “dívida” os valores das prestações (valor principal e acessórios) vencidas, devidamente corrigidas, e eventuais resíduos existentes.

Art. 4º A critério da COHAPAR poderá ser utilizado o valor de avaliação do imóvel para o refinanciamento da dívida do mutuário.

Parágrafo único. O “valor de avaliação” será obtido por iniciativa da COHAPAR, de acordo com os critérios técnicos utilizados pela Companhia.

Art. 5º Aos mutuários que possuam contratos com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, ficam assegurados ainda os direitos previstos na Lei Federal n.º 10.150, de 21 de dezembro de 2000, desde que preenchidos e apurados os requisitos de habilitação e participação do FCVS que permitirá a quitação de até 100% (cem por cento) do saldo devedor contábil.

Art. 6º A repactuação por novação proporcionará a revisão dos contratos habitacionais renegociando os saldos devedores dos financiamentos em prazos que resultem em encargos compatíveis com a capacidade de pagamento dos mutuários.

Art. 7º A concessão dos benefícios de que trata a presente Lei será concedida uma única vez por imóvel e por beneficiário, desde que este não seja parte de ações judiciais em que a COHAPAR figure em um dos polos processuais.

§ 1º Pelos beneficiários que figurarem em eventuais ações judiciais e requererem os benefícios da presente Lei, será devido o pagamento das custas e demais encargos, e desistência do processo judicial.

§ 2º Os interessados deverão requerer os benefícios previstos na presente Lei, através de Termo a ser protocolado na COHAPAR, salvo em casos de negociação coletiva proporcionada pela COHAPAR.

Art. 8º Considera-se beneficiário, para efeitos desta Lei, o mutuário titular do financiamento junto à COHAPAR e, ainda, o ocupante do imóvel que possua documento comprobatório de posse/transferência com data anterior à publicação



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

desta Lei e com assinaturas reconhecidas em cartório, desde que preencha os requisitos exigidos pelo Programa Habitacional referente ao imóvel em questão, à época da aquisição.

Art. 9º Os acordos homologados judicialmente, através do Programa de Recuperação de Créditos, ficarão isentos de custas judiciais.

Art. 10. A COHAPAR ingressará com medidas judiciais visando a cobrança da dívida, com eventual retomada do imóvel, em face dos mutuários/ocupantes que não cumprirem com os acordos firmados.

Parágrafo único. O descumprimento parcial ou integral do acordo firmado nos termos desta Lei acarretará na exclusão dos benefícios outrora concedidos, retornando a dívida a seu valor inicial, devidamente corrigido, descontados eventuais valores já pagos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Art. 12. Para a implantação do disposto nesta Lei, o Poder Executivo expedirá decretos regulamentares.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 05/06/2013

Presidente

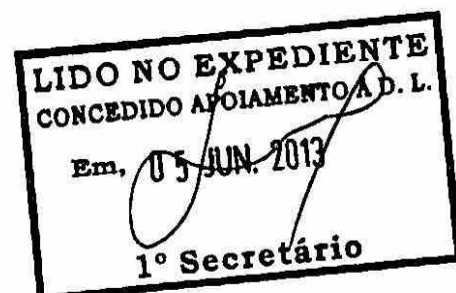


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 058 /2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, objetivando a renegociação de dívidas de mutuários inadimplentes da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, compreendendo os financiamentos, ativos e inativos, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, recursos próprios e outros, administrados pela COHAPAR, conforme condições e critérios que se estabelecerá.

Embora as prestações mensais, em média, sejam de valores pequenos, as famílias proprietárias apresentam perfil de baixa renda, sendo que o montante da dívida, acumulada por várias razões, tem impacto significativo em seus respectivos orçamentos familiares.

Considerando que o direito à moradia configura-se direito constitucional é que se propõe com o presente Anteprojeto de Lei a instituição do Programa em referência, no sentido de oportunizar a regularização da situação dos mutuários que se encontram em dificuldades para saldar seus débitos, viabilizando, com isso, a recuperação de seu crédito e, no caso de quitação do financiamento, o seu tão esperado título da casa própria.

A COHAPAR possui, aproximadamente, 25.800 mutuários inadimplentes (mutuários que devem mais de três prestações) que remontam ao montante de R\$ 142.000.000,00 (cento e quarenta e dois milhões de reais) de dívida, sendo R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais) de juros sobre os valores em atraso, que poderão ser revertidos ao desenvolvimento da Política Habitacional do Paraná.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.959.957-1



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

No sentido de dar maior efetividade às negociações com os mutuários, a COHAPAR viabilizará a realização de audiências de conciliação com os mutuários inadimplentes, através de parceria com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública, sendo que os acordos firmados em conformidade com os requisitos do Programa serão objeto de homologação judicial, salvo os casos de pagamento a vista.

O valor de avaliação do imóvel poderá ser considerado para o refinanciamento da dívida do mutuário, o qual será obtido por iniciativa própria, de acordo com os critérios técnicos utilizados pela COHAPAR. É importante salientar que essa prerrogativa será uma opção ao mutuário, sendo executada com o consentimento do mesmo, transformando-se em mais uma ferramenta para proporcionar condições para que o devedor salde suas dívidas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 234/13

Projeto de Lei nº 234/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 058/13

Súmula: Institui o Programa de Recuperação de Créditos a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

EMENTA: AÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DESENVOLVIDO PELA COHAPAR. REABILITAÇÃO DE CRÉDITO MUTUÁRIOS QUE POSSUEM DÍVIDAS DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO COM O ENTE ESTATAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo autorizar a COHAPAR a realizar descontos que podem chegar a 100% (cem por cento) do valor devido a título de mora e multa nos casos de inadimplência do Mutuário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Na sua justificativa, demonstra o Poder Executivo que atualmente 25.800 mutuários se encontram em débito com as prestações da casa própria junto a COHAPAR, somando uma dívida que ultrapassa R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais). O Programa de Recuperação de Créditos proposto visa receber os valores que estão inviabilizados por conta da dívida que o mutuário possui com a COHAPAR, objetivando aplica-los no desenvolvimento da Política Habitacional do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

"Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores."

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão."

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

(...)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

(...)

XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;"

Diante disso, resta clara a possibilidade de o Poder Executivo propor o presente projeto.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

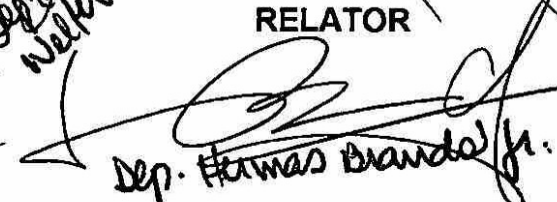
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

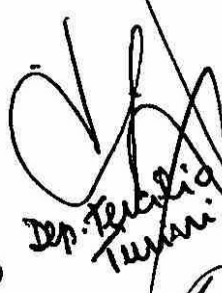

Dep. Hermes Brandão Jr.

APROVADO

11/06/13


Dep. Ricardo de Mello

Dep. Alcides

Dep. Roberto Edson

Dep. Teófilo Tupy



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMENTO

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 234/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 234/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 058/13.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 2013.


Deputado **Ademar Traiano**

15:00 24/06/2013 005518 PM RECEBIDA LTO LIDERANCIA DO GOVERNO

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 25/6/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 234/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 058/13, que objetiva instituir o Programa de Recuperação de Créditos a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, doravante denominada COHAPAR.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Ressalta-se que o objetivo da proposta é a renegociação de dívidas de mutuários inadimplentes da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, compreendendo os financiamentos, ativos e inativos, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, recursos próprios e outros, administrados pela COHAPAR.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.


É o parecer.

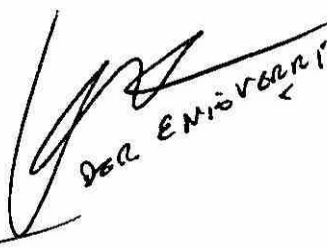
Sala das Comissões, 25/06/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Valeryn Lucchesi


Dep. WILSON QUIRINO


DEP. EMÍLIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 234/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 058/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “instituir o Programa de Recuperação de Créditos a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR”.

A proposta encaminhada tem por finalidade instituir o Programa de Recuperação de Créditos, objetivando a renegociação de dívidas de mutuários inadimplentes da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, compreendendo os financiamentos, ativos e inativos, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, Recursos Próprios e outros, administrados pela COHAPAR, conforme condições e critérios estabelecidos pela presente Lei.

Os instrumentos do Programa de Recuperação de Créditos serão compostos por:

- 1-) Acordo Financeiro;
- 2-) Repactuação por Avaliação; e
- 3-) Repactuação por Novação.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

VI – *Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.*

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 26 de junho de 2013 .

DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE

DEP. Pastor Edson
RELATOR

DEP. Luiz Guimarães

DEP. Elio Verri

DEP. Francisco Dikner
DEP. Eugênio
DEP. Elio Ruesch

DEP. [Signature]